

RESTRICÇÕES SEMÂNTICAS DE ANIMACIDADE DO OBJETO NULO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SEMANTIC ANIMACY CONSTRAINTS OF THE BRAZILIAN PORTUGUESE NULL OBJECT

Gabriel Guimarães Peixoto da Silva¹

RESUMO

Com este trabalho, objetivamos fazer algumas reflexões sobre o objeto nulo do português brasileiro e suas restrições semânticas de animacidade. Muitos trabalhos sincrônicos e diacrônicos, formalistas e variacionistas (GALVES, 1984; DUARTE, 1989; CYRINO, 1994, SOLEDADE, 2011; PEIXOTO, 2021) atestam que o português brasileiro (PB) é uma língua que permite objeto nulo praticamente sem restrições. Isso significa que ele pode ocorrer em diversas estruturas sintáticas – coordenação e subordinação (relativas, adverbiais) – e com diversos tipos de antecedente/referente: [+/- animado, +/- específico], sendo preferencialmente [- animado]. Entretanto, um tipo de configuração enfraquece a possibilidade de objeto nulo no PB, apesar de ainda ser possível: quando seu antecedente é [+ animado, + específico]. Vários autores gerativistas propuseram interpretações para o fato, relacionando-o a diferentes naturezas da categoria vazia. Neste artigo, baseados em um *corpus* de cartas pessoais privadas escritas por brasileiros nascidos durante o século XX, a partir dos resultados de Peixoto (2021), trazemos algumas dessas discussões e resultados de análises quantitativas de dados acerca do objeto nulo no PB e de suas relações com a animacidade do seu referente, evidenciando que a restrição do objeto nulo não é de natureza estritamente sintática, mas semântica, o que Galves (2001) chama de restrição de logoforicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Objeto nulo. Restrições de animacidade. Português Brasileiro.

ABSTRACT

With this paper, we aim to make some reflections on the Brazilian Portuguese null object and its semantic animacy constraints. Many synchronic and diachronic, formalist and variationist works (GALVES, 1984; DUARTE, 1989; CYRINO, 1994, SOLEDADE, 2011; PEIXOTO, 2021) attest that Brazilian Portuguese (BP) is a language that allows null object with virtually no restrictions. This means that it can occur in several syntactic structures – coordination and subordination (relative, adverbial) – and with several types of antecedent/referent: [+/- animate, +/- specific], preferably being [- animate]. However, one type of configuration weakens the possibility of null object in BP, although it is still possible: when its antecedent is [+ excited, + specific]. Several generativist authors have proposed interpretations for this fact, relating it to different natures of the null category. In this paper, based on a corpus of private personal letters written by Brazilians born during the twentieth century, based on the results of Peixoto (2021), we bring some of these discussions and results of quantitative data analysis about the null object in BP and its relations with the animacy of its referent, showing that the null object constraint is not strictly syntactic in nature, but semantic, what Galves (2001) calls a logoforicity constraint.

KEYWORDS: Null object. Animacy restrictions. Brazilian Portuguese.

Agradecimento: Agradeço à professora Charlotte Galves pelas valiosas contribuições. Declaro ainda que, havendo problemas, são de minha inteira responsabilidade.

¹ Doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas. Bolsista da CNPq, guimaraesgabriel_ps@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0322-1063>.

Introdução

Uma das marcas do português brasileiro (PB) é a praticamente livre ocorrência do objeto nulo (1), em comparação com as outras línguas românicas, inclusive o português europeu (PE). São vários os trabalhos, seja de base sociolinguística, seja de base gerativista (GALVES, 1984; DUARTE, 1989; CYRINO, 1994, SOLEDADE, 2011; PEIXOTO, 2021), com dados sincrônicos e diacrônicos, de escrita e de fala, que atestam que o objeto nulo no PB pode ocorrer em todo tipo de oração, incluindo as que formam as ilhas sintáticas, como orações relativas (2) e adverbiais (3), diferentemente do PE, com todo tipo de grade argumental transitiva (4 - 9), e com basicamente todo tipo de antecedente (10 - 12). As sentenças a seguir, assim como todas as retiradas dos *corpora*, mantêm a grafia como feita pelos missivistas; por isso algumas podem estar em desacordo com a ortografia vigente.

- (1) Vi [o gato]_i na feira e comprei (0)_i.
- (2) Parece que é [uma musica antiga]_i, chama-se “Flying on a jet plane” e quem canta (0)_i me parece que é não-sei-o-que Denver. (SL, 1951-1975)
- (3) Não repare [a carta]_i quando acabar de ler (0)_i rasga. (JM, 1901-1925)
- (4) Eu na noite de terça feira para quarta eu tive [um sonho com voçe]_i, eu depois te comto (0)_i. (JM, 1901-1925)
- (5) A minha distração são [as tuas cartas]_i, eu leio (0)_i toda as noites antes de me deitar. (JM, 1901-1925)
- (6) Já arrumei [a papelada toda que o Brasil pede sobre o diploma]_i. Mandeí (0)_i para o Consulado do Brasil. (SL, 1951-1975)
- (7) Tenho que confessar que sou terrível em [português]_i, mas acho (0)_i muito legal. Japonês então nem se fala. (MV, 1976-2000)
- (8) Mas a culpa não foi minha, [eu escrevo-te todos os dias]_i, tu podes ver (0)_i pelas datas. (JM, 1901-1925)
- (9) [As oportunidades]_i aparecem e quem sabe enxergar (0)_i não deixa (0)_i passar. (MV, 1976-2000)²
- (10) Sinto-me envergonhado de te escrever a lápis mas se [te enfastiases de minhas letras]_i, manda-me dizer(0)_i. (JM, 1901-1925)
- (11) Comprei [um vestido]_i para voce eu acho que tu não vaes gostar, mas se tu não quiseses (0)_i serve para a Hilda. (SL, 1951-1975)

² O complemento (nulo) do verbo ‘enxergar’ pode ser interpretado como um complemento genérico, um tipo diferente de objeto nulo. Ver Peixoto (2021). Outra interpretação é considerar o verbo como intransitivo. Outros exemplos ao longo deste trabalho também podem ter essas interpretações. Isso só evidencia o quanto ainda há o que se discutir sobre o tema.

- (12) [Ela]_i é muito bonita e vistosa e esse é o problema. Todo mundo olha (0)_i. (SL, 1951-1975)³

Entender o comportamento do objeto nulo no/do PB é também entender sua relação com as demais formas de acusativo anafórico de terceira pessoa: pronome clítico (13), pronome lexical (14) e pronome demonstrativo neutro ‘isso’ (15).

- (13) Pega [essa carta]_i e a_i rasgue.

- (14) Pega [essa carta]_i e rasga ela_i.

- (14) Pega [essa carta]_i e rasga isso_i.

Diacronicamente, o objeto nulo sempre foi possível na história do português (CYRINO, 1994, 1997), com o antecedente [+ proposicional], e sua generalização aos outros tipos de antecedente ocorreu em paralelo à queda dos clíticos de terceira pessoa, com menor grau de referencialidade, de acordo com a Escala de Referencialidade (CYRINO, DUARTE, KATO, 2000). Essa generalização, por meio de reanálises diacrônicas, através dos séculos, provocada por uma mudança linguística, chegou até os antecedentes [+ animados, + referenciais]. No atual século XXI, esse contexto, porém, ainda se mostra como o mais resistente ao objeto nulo, embora ele ainda seja gramatical de acordo com testes de gramaticalidade, com testes de intuição de falantes nativos, e com dados de *corpora*.

O pronome lexical com retomada anafórica, uma inovação do PB em relação ao PE continental, aparece como alternativa ao objeto nulo e ao clítico de terceira pessoa nos contextos mais informais, na fala ou na escrita, e está ligado tanto aos antecedentes nominais [+ animados] quanto aos [- animados], majoritariamente [+ referenciais] (PEIXOTO, 2021). Analisado por Galves (1989) como um pronome fraco no PB, o início de sua ocorrência em *corpus* escrito de cartas pessoais e peças de teatro data de meados do século XX (SOLEDADE, 2011; MARQUES DE SOUSA, 2017; PEIXOTO, 2021).

De acordo com a relação entre objeto nulo e o pronome demonstrativo neutro, pelo seu percurso diacrônico, esse pronome tem a mesma origem que o finado clítico neutro no português: o demonstrativo latino *illud*. Assim, teríamos no português sua forma clítica – o – e uma forma não clítica – isso/isto. Essa forma clítica foi a primeira a cair (CYRINO, 1994, 1997) na gramática materna do PB, e foi o primeiro contexto concorrente com o objeto nulo. Na maioria dos casos, o pronome demonstrativo neutro tem como antecedente uma oração/proposição, isto é, um evento. As construções cujo antecedente seja um SD parecem um pouco marginais, embora ainda possíveis, como (15), e alguns desses casos adquirem ainda um caráter pejorativo. Também por razão diacrônica, preserva-se, ainda hoje, o estabelecimento da correlação entre o clítico neutro, em contextos mais

³ Em determinadas gramáticas do PB, o complemento do verbo ‘olhar’ nesse contexto pode ser um PP: “todo mundo olha para ela”.

formais, e o demonstrativo neutro (cf. MATOS, 1985), em muitos casos intercambiáveis, na posição de objeto direto (16) e na de predicativo (17). “Isso” também funciona como sujeito da passiva (18), substituindo o clítico acusativo da voz ativa, conforme vemos nos exemplos retirados de Cyrino e Matos (2006, p. 135).

(16) O presidente declarou-o/isso em entrevista à televisão.

(17) Maria é folgada, e Laura também o é/(?)é isso.

(18) O presidente declarou-o em entrevista à televisão/Isso foi declarado pelo presidente em entrevista à televisão.

Visto isso, vemos que o objeto nulo no PB pode ocorrer em basicamente todo contexto sintático, com todo tipo de antecedente. Porém, sentenças como as seguintes desafiam essa livre ocorrência do objeto nulo.

(19) *[Maria]_i chegou à festa, e eu beijei (0)_i.

(20) ?[Marta]_i sempre chora quando eu ponho (0)_i na cama.

Tanto em (19) quanto em (20), o problema de agramaticalidade ou marginalidade das sentenças, segundo alguns autores (CYRINO, 1994, 1997, 2000), não se deve a razões estruturais, mas semânticas e interpretativas, haja vista que o tipo de oração e a classe do verbo não são bloqueadores do objeto nulo, como vimos mais acima. Para que as sentenças fossem bem formadas, um pronome clítico ou lexical poderia ser usado no lugar do objeto nulo. Uma explicação bem aceita para isso se refere ao fato de o antecedente do objeto nulo ser [+ animado].

Nesse sentido, tendo em vista a marginalidade ou agramaticalidade para o antecedente [+ animado] para o objeto nulo do PB, este trabalho, de base gerativista, investigará alguns contextos levantados pela literatura que poderiam licenciar mais facilmente o objeto nulo. Para isso, por meio de uma análise de dados retirados de cartas pessoais, usados em Peixoto (2021), faremos a quantificação das ocorrências de objeto nulo com diversos tipos de antecedente, principalmente em relação ao [+ animado], a fim de entender melhor quais são as restrições mais fortes a esse contexto. Tendo isso em vista, nossas hipóteses são as seguintes:

- I - De acordo com o que prevê Figueiredo Silva (2009), deverá haver uma relação entre o papel temático do antecedente e do objeto nulo;
- II - A partir de Peixoto (2021), a animacidade conjugada à referencialidade evidenciará cronologicamente o aumento dos contextos do objeto nulo no PB;
- III - Tópicos [+ animados] favoreceriam o objeto nulo de antecedente [+ animado], segundo a proposta de Cyrino (2019); e
- IV - A animacidade e referencialidade do sujeito da oração que seleciona o objeto nulo podem favorecer a sua realização, a partir dos resultados de Peixoto (2021) sobre a significância do preenchimento do sujeito.

O presente texto estará dividido da seguinte forma: na primeira seção, serão levantados os pressupostos teóricos relevantes sobre o objeto nulo no PB; na segunda, a metodologia de análise; na terceira, nossos resultados, seguida de nossas conclusões.

1. Definição do objeto (direto)

O objeto nulo não é um fenômeno único, especialmente no PB. Isso significa que há vários “tipos” de objeto nulo sob o mesmo rótulo. Eles são, contudo, essencialmente diferentes. Caracterizar o nosso objeto de estudo é importante para identificar quais são suas próprias características, e como elas interagem com a animacidade do antecedente.

Nosso objeto (nulo) de estudo é “uma categoria vazia, de certa natureza, que é material e foneticamente nula, mas que apresenta conteúdo semântico e sintático, na posição de acusativo, mantendo o mesmo significado com seu referente” (PEIXOTO, 2021, p. 76), além de possibilitar, em alguns casos, a dupla leitura interpretativa. O referente/antecedente do objeto nulo pode ser uma entidade (1), (3-7), (9) e (11-12), ou uma oração, ou uma parte do predicado, (2, 4, 8, 10). Dessa forma, nosso objeto anafórico nulo terá sempre um antecedente linguístico, não ancorado no contexto externo às cartas.

Além disso, outra distinção importante se refere ao material que está fonética e materialmente nulo relacionado ao complemento do verbo, ao que está elidido na sentença. No PB, além do objeto nulo, as principais categorias que podem ser nulas são: anáfora do complemento nulo, elipse proposicional e elipse de VP⁴. Essa distinção é importante, visto que nem toda categoria vazia objeto será aquilo com o que vamos trabalhar neste artigo.

1.1. Acusativo anafórico de terceira pessoa e a animacidade do referente

Desde Duarte (1989) e Cyrino (1994), a animacidade do referente do objeto nulo é vista como um forte fator para o seu favorecimento. Nas suas pesquisas, os resultados indicam que o traço [- animado] do antecedente favorece o objeto nulo. Em contrapartida, quando o antecedente é [+ animado], as opiniões se dividem. O trabalho com dados de fala e entrevistas dos anos 1980 – 1990, de Duarte (1989), atestam a existência de objeto nulo com tal grau de animacidade, embora sua taxa de ocorrência seja menor se comparada com a do traço [- animado] (64,7% vs. 23,7%). Já para Cyrino (1994, 1997), um objeto nulo [+ animado] só poderia ocorrer dentro de uma estrutura de Elipse de VP, ou, quando muito, já próximo ao século XX, com o antecedente [+ animado, – específico]. Em trabalhos posteriores (CYRINO, 2000), a autora admite a tímida existência de objetos nulos com antecedentes [+ animados], fornecendo uma explicação sobre o fato.

Abaixo, apresentamos uma tabela que mostra os índices adaptados de animacidade do objeto nulo em diversos trabalhos sincrônicos, diacrônicos, de fala e de escrita, referentes ao século XX. Em Cyrino (1994) são usadas peças de teatro de autores brasileiros e portugueses. Em Duarte (1989), a

⁴ Para melhor entendimento, ver Peixoto (2021).

autora usa dados de fala e entrevistas de tevê. Cyrino (2018) faz uso de anúncios de jornais. Marques de Sousa (2017) usa peças de teatro de autores brasileiros. E Peixoto (2021) usa cartas pessoais de brasileiros não ilustres.

Tabela 1: Índice de objeto nulo com relação ao traço de animacidade em diversos trabalhos

Traços de animacidade	Cyrino (1994)	Duarte (1989)	Cyrino (2018)	Marques de Sousa (2017)	Peixoto (2021)
[+ proposicional]	90%	79,7%	38,5%	41,2%	78,8%
[- animado]	88,3%	64,7%	45%	51,03%	76,6%
[+ animado]	14,3%	23,7%	13,4%	13,8%	20,4%

Fonte: PEIXOTO, 2021

Observando o traço de animacidade do antecedente, vemos que a tendência dos resultados é semelhante em todos os outros trabalhos. No que se refere ao antecedente [+ proposicional], os resultados de Peixoto (2021) (78,8%) estão entre os maiores índices (90% e 79,7% vs. 41,2% e 38,5%). É interessante notar que estão mais próximos dos resultados de fala (79,7%), de Duarte, do que dos resultados de peças teatrais, com 41,2% (MARQUES DE SOUSA, 2017). Isso confirma a tendência observada quando analisamos a distribuição das formas morfossintáticas em relação ao tempo: o que viria a ser produzido na fala nos anos 80-90 já estava disponível como *input* desde antes, como indicam os dados da escrita produzida em períodos anteriores. Isso significa que esses dados de escrita fornecem um panorama de como estavam organizadas as formas morfossintáticas no PB em períodos cronológicos anteriores aos anos 1980-1990. Esse panorama, então, dá indícios de como seria o *input* em períodos próximos, sendo possível conceber como as próximas gerações o receberam.

A tendência dos contextos [+ animados] é semelhante ao que acontece com os contextos [+ proposicionais]: aqueles aparecem sempre como os mais desfavorecidos, enquanto estes são os mais favorecidos pelo objeto nulo. A tendência percentual sendo parecida, mas com um comportamento oposto entre esses contextos indica que se trata da mesma gramática que gera ambas as estruturas. Os casos de [- animados] variam percentualmente entre os trabalhos, embora estejam, em geral, no “meio”, entre os mais favorecidos e os menos.

Além disso, os resultados de Peixoto (2021), selecionados pelo programa *GoldVarb* (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005), indicam que o fator mais influente para o favorecimento do objeto nulo em detrimento do clítico acusativo, a partir do maior peso relativo (PR), é a animacidade, seguido da realização (plena ou foneticamente nula) do sujeito do predicado que seleciona o objeto nulo, e do período de nascimento do missivista.

Tabela 2: Atuação do contexto morfossintático “animacidade do antecedente” para o objeto nulo em cartas pessoais brasileiras

Traços de animacidade	N/Total	%	PR
[+ sentencial/proposicional]	102/105	97,1%	0.887
[- animado]	281/362	77,6%	0.438
[+ animado, ±humano]	9/42	21,4%	0.047

Fonte: adaptado de PEIXOTO, 2021

O contexto favorecedor é o [+ proposicional] (.p 0,887). O antecedente proposicional se sobrepõe ao inanimado e ao animado, confirmando a hipótese da Escala de Referencialidade (KATO, DUARTE, CYRINO, 2000), segundo a qual os antecedentes [+ proposicionais] são aqueles que licenciam mais facilmente o apagamento do objeto, seguido pelos antecedentes [- animados]. O contexto mais resistente ao objeto nulo, conforme previsto, foi o [+ animado].

Outros trabalhos, de natureza mais teórica do que quantitativa, discutem a relação entre o objeto nulo e sua natureza como categoria vazia, alinhando a discussão à animacidade do antecedente do objeto nulo. Kato e Raposo (2001), ao trabalharem com romances e peças, escritas no século XX, de autores brasileiros e suas “traduções” para o PE, e também com testes de julgamento de gramaticalidade, constatam que não só há uma diferença grande das porcentagens entre as duas variedades do português, como também veem o objeto nulo como um tipo de estrutura resultante das construções de tópico (a saber, topicalização e deslocamento à esquerda com clítico). Além disso, para eles, a natureza desse clítico nulo corresponde à sua gramaticalização como afixo, o que resulta na sua não subida para I (Flexão) e sua afixação junto ao verbo principal.

Ao relacionarem o clítico expresso e o clítico nulo às diferentes construções de tópico, Kato e Raposo (2001) consideram tais construções como sendo o mesmo fenômeno, visto que a diferença entre elas se encontra na presença foneticamente nula do clítico ou foneticamente realizada (a', a'', abaixo, respectivamente).

a'. [Esse livro]_i, eu só _____i encontrei na FNAC. (Topicalização)

a''. [Esse livro]_i, eu só o_i encontrei na FNAC. (Deslocamento à esquerda clítica (CLLD))

Assim, eles discutem a distribuição de objetos nulos em relação ao seu antecedente nas duas variedades do português, verificando se eles podem ocorrer independentemente de seu antecedente estar em posição A', isto é, independentemente de estar em posição de tópico ou não. Dessa forma, procuram ver, na prática, a distribuição do clítico nulo, do clítico expresso e do pronome lexical, levando em consideração a posição do seu antecedente.

Relacionando o objeto nulo com a posição A ou A' e o traço de animacidade do antecedente, os autores chegam a uma conclusão semelhante à de Cyrino (1994): o traço [+ humano] do antecedente ainda apresenta resistência ao objeto nulo quando esse antecedente é sujeito. Isso serviria tanto para o PE quanto para o PB. Uma diferença entre eles se encontra no fato de que é possível no PB a

existência de objeto nulo tendo seu referente no sujeito, desde que esse, como foi dito, não seja humano, i. e., [- humano]. Já em PE, nem mesmo com esse traço o antecedente do objeto nulo pode ser correferencial ao sujeito. Dessa forma, teríamos o seguinte esquema segundo a posição A ou A' e o traço de animacidade do antecedente:

Tabela 3: Esquema segundo a posição A ou A' e o traço de animacidade do antecedente, em (KATO E RAPOSO, 2001)

Posição do antec. do Objeto Nulo	Tópico	Objeto	Sujeito
PB	[+/- humano]	[- humano]	[- humano]
PE	[+/- humano]	[- humano]	*

Fonte: adaptado de PEIXOTO, 2021

Por último, os autores reafirmam que as conclusões da tabela acima não se aplicam quando a realização do objeto anafórico é o clítico ou o pronome lexical, no caso do PB.

Outra proposta é evidenciada em Cyrino (2019), em que a autora refina algumas de suas questões teóricas e defende que o verbo em PB se move para um núcleo aspectual entre vP e VP: este seria *inner aspect*, “aspecto interno”, (AspInn). Esta posição seria mais baixa do que aquela ocupada pelo verbo em PE. Além disso, a autora também propõe que haja uma categoria funcional responsável pela animacidade, o núcleo F[pessoa], localizado logo abaixo de vP e acima de AspInn e V. Segundo ela, essa projeção explicaria a restrição do objeto nulo do PB em relação aos antecedentes [+ animados]. “Essa categoria tem o traço não interpretável [uPessoa] e um traço EPP, traços que atraem os DPs animados. Os DPs inanimados [e os nomes plurais nus] permanecem *in situ*”. Assim, os DPs animados se movem para fora de VP, Spec de F(pessoa), oposto ao que acontece com os DPs inanimados e plurais nus, e, por isso não podem ser elididos, porque, estando fora de VP, não serão licenciados pelo verbo em AspInn, pois estão fora do seu domínio de c-comando. Por essa razão, só os pronomes lexicais podem retomar um DP animado, além de inanimados, pois se movem para “fora de vP para obedecer outros requisitos da interface sintaxe-semântica”⁵.

Além disso, a justificativa de Figueiredo Silva (2009) e Cyrino (2019) para os casos que não seguem a restrição de objeto nulo cujo referente seja o sujeito da matriz é, na verdade, a de que estes são exemplos com verbos inacusativos, e a de que o sujeito, na verdade, é o complemento do verbo. Essa justificativa segue Cyrino (2008, 2013), para quem o objeto nulo do PB, além da restrição de animacidade, também deve ocorrer em uma “estrutura paralela” ao do seu antecedente. Para Cyrino, o objeto nulo, assim como a Elipse de VP, é resultado da Reconstrução, como já dissemos. Baseada em Fiengo e May (1994), a autora considera que “a reconstrução é uma condição necessária, mas não suficiente para a elipse” (CYRINO, 2018), e que outros fatores também devem estar envolvidos para o licenciamento da elipse. Para ela:

⁵ A autora original não põe a preposição ‘a’ como regida pelo verbo ‘obedecer’ nesta sentença.

A natureza da reconstrução, no entanto, deve ser a mesma nas línguas, pois é uma condição sobre identidade sintática. Ela torna explícitas quais ocorrências são as mesmas em um marcador frasal: aquelas que preservam a categoria gramatical e as relações lineares e de dominância dentro da categoria gramatical. Em outras palavras, todas as ocorrências devem ser compostas estruturalmente/configuracionalmente da mesma forma. É o requerimento do “paralelismo”.

O antecedente do objeto nulo do PB também deve ocorrer em uma estrutura paralela a ele, isto é, dados que o objeto nulo é um complemento de um verbo, seu antecedente deve também estar em uma posição de complemento (CYRINO, 2018, pp. 238-9).

Apesar desse requerimento, a autora assume que o traço [+ animado] do antecedente pode suplantar o paralelismo estrutural em determinadas sentenças e tornar a sentença agramatical. Comparemos (i) e (ii) abaixo, retirados de Cyrino (2019, p. 177):

- (i) [O livro]_i afundou t_i antes de o Pedro pegar (0)_i.
- (ii) *[A menina]_i afundou t_i antes de o Pedro pegar (0)_i.

Nos dois exemplos acima (i - ii), temos casos de sujeitos derivados (argumentos internos do verbo ‘afundar’). Dessa forma, se o requerimento do paralelismo fosse extremamente necessário, as duas sentenças deveriam ser agramaticais, o que não é o caso. (ii) só seria gramatical se um pronome (pleno ou clítico), objeto de ‘pegar’, retomasse o antecedente [+ animado].

Em Cyrino (2019, p. 190), a autora mostra que as ocorrências de objeto nulo com antecedente sendo tópico (estrutural ou discursivo) não são exatamente uma propriedade exclusiva do objeto nulo do PB, sendo possível em outras línguas, como russo e hebraico. Ela indica que esse pode ser um caso de objeto nulo diferente do que ela trata, levantando também a questão de se verificar se há uma relação entre a animacidade do antecedente desse tipo de objeto nulo e a posição de tópico. Resolvemos, como será visto, tratar dos casos com antecedente em tópico, porque conseguiremos comparar o comportamento dos constituintes internos à oração com o do externo (o tópico), e suas relações com o objeto nulo, que, segundo alguns estudos, no PB, mantém uma relação particular com a posição de tópico. A autora também indica que a Elipse proposicional, segundo essas considerações, seria um tipo de elipse de vP.

1.2. A polêmica natureza do objeto nulo

A heterogeneidade do objeto nulo, em especial no PB, teve como resultado as inúmeras propostas, de acordo com a teoria gerativa, para determinar o tipo, a natureza, da categoria vazia *in situ*, complemento do verbo. As duas principais propostas para a natureza do objeto nulo do PB, dentre as mais discutidas, como visto em Peixoto (2021), são (i) *pro* (GALVES, 1984, 1989, 2001; FIGUEIREDO SILVA, 2009), e (ii) elipse de DP com Reconstrução em FL (CYRINO, 1994, 1997, 2000, 2019).

No modelo de Regência e Ligação da Teoria de Princípios e Parâmetros, *pro* é uma categoria vazia sujeita ao Princípio B, segundo o qual uma categoria vazia é um pronome se for referencial, a um sintagma que a c-comande fora do domínio de regência em que se encontra. Além disso, *pro* também seria licenciado por T e relacionado aos traços de concordância que têm com o núcleo verbal de TP. Esse é um dos motivos pelo que se considera um *pro* a categoria vazia do sujeito nulo. Entretanto, no caso do PB, o objeto não mantém concordância com o verbo, o que já levou Huang (1984) a desconsiderar a possibilidade de *pro* para o objeto nulo.

Huang chega a essa conclusão analisando a livre ocorrência do objeto nulo nos domínios frásicos de ilhas, por exemplo, sentenças como (21) e os casos de topicalização no PB (22).

Sobre a possibilidade de ter mais de um referente, tal como um pronome foneticamente expresso, Farrell (1987, apud FIGUEIREDO SILVA, 2009) utiliza sentenças semelhantes às seguintes.

- (21) a. [Pedro]_i contratou [Paulo]_j antes que eu tivesse conhecido ele_{i/j/k}.
 b. [Pedro]_i contratou [Paulo]_j antes que eu tivesse conhecido (0)_{i/j/k}.

Além de poder ter mais de um referente dentro da mesma sentença, o objeto nulo, sendo um *pro*, poderia ter um referente discursivo, extralinguístico, como vemos em (21b).

No que se refere à topicalização, o fato de o PB permitir movimento, como as topicalizações em orações encaixadas, mostra que o objeto nulo pode se referenciar a esse tópico. Se isso é possível, deveria ser possível também ao PB o objeto nulo ser correferenciado a um tópico nulo, sendo, então uma variável. Porém, o contraste entre (22) e (23) evidencia que não é isso que ocorre. Em (23), bloqueadas pelo Princípio C, as sentenças em que o antecedente do objeto nulo é o sujeito da oração matriz, que são agramaticais, revelam-nos que, se realmente fosse uma variável, deveria haver um operador nulo na periferia esquerda da sentença encaixada, fazendo essa referência (cf. FARRELL, 1987, p. 16).

- (22) a. O Raimundo_k insiste que [ele]_i ninguém viu (0)_i.
 b. Ouvi falar que [o bolo]_i todo mundo adorou (0)_i.

- (23) * [Maria]_i acha [que OP_i o José viu (0)_i].

O fato, então, de o antecedente do objeto nulo, que está dentro de uma oração completiva, ser sujeito de uma oração matriz tornar a sentença agramatical no PB faz com que Farrell (1987, 1990) desenvolva uma generalização de que esse contexto seria bloqueador do objeto nulo. Segundo Maia (1990) (apud CYRINO, 1994, p. 39), porém, a generalização de Farrell de que as sentenças adjuntas permitem a realização do objeto nulo cujo antecedente seja o sujeito matriz e de que as sentenças completivas são um contexto de restrição não funciona em todos os casos. A depender da semântica verbal, as situações de (a)gramaticalidade podem se inverter. Cyrino (1994), dentre alguns outros autores, vê como agramatical o exemplo em (24a).

- (24) a. [A Julia]_i sempre chora quando ponho (0)_i no berço.
 b. *[A Julia]_i sempre chora quando vejo (0)_i.
- (25) [João]_i acha que Pedro ajudou (0)_i a fazer o exercício.

Além disso, há mais uma dificuldade em se considerar o objeto nulo no PB como um *pro*. A presença de um pronome foneticamente expresso no lugar do objeto nulo, segundo Cyrino (1994), modifica as possibilidades de interpretação para o objeto nulo. Entretanto, para Galves (2001), essa impossibilidade de alternância do objeto nulo com o pronome expresso em alguns contextos se explica pela diferente natureza da categoria vazia e do pronome e pelas diferentes derivações e projeções envolvidas na categoria vazia e no pronome expresso.

- (26) a. [Pedro]_i disse que Marta não conhece (0)_{*i/j}.
 b. [Pedro]_i disse que Marta não conhece ele_{i/j}.

Ademais, como decorrência do referido Princípio B, o antecedente do objeto nulo deve estar fora do seu domínio. Entretanto, se o objeto nulo no PB funciona tal qual um pronome (*pro*), como explicar a agramaticalidade de sentenças com o objeto nulo (27a), mas sua gramaticalidade com um pronome (27b), em que, em ambos os casos, o antecedente do objeto anafórico está fora do seu domínio?

- (27) a. *Como [a menina]_i estava na festa, João entregou (0)_i para a polícia.
 b. Como [a menina]_i estava na festa, João entregou ela_i para a polícia.

Outra proposta para a defesa de *pro* como objeto nulo é descrita em Galves (1989, 2001). A autora tenta resolver o impasse evidenciado em Huang (1984) de que um objeto nulo *pro* não seria possível em nenhuma língua, pois essa categoria nessa posição violaria o Princípio B e o Princípio C, segundo o qual é necessário haver um elemento nominal bem próximo a *pro* que o controle e que seja seu antecedente.

Para isso, Galves (1989, 2001) desconsidera os casos em que o referente do objeto nulo pode ser extrassentencial, considerando apenas o contexto sentencial. Para a autora, que se baseia em Williams (1987, apud GALVES, 1989), é possível que os dois princípios acima – Princípio B e C – sejam satisfeitos, pelo menos no PB, de outra forma, que não a ilustrada por Huang (1984). Sua proposta é de que os domínios de aplicação podem ser diferentes para cada um dos princípios.

De acordo com Williams, há uma dissociação entre vestígios [*aqui entendido como um objeto nulo que pode receber papel temático, mas não pode satisfazê-lo*] e movimento, o que permite dar conta da relação entre a categoria vazia e seu antecedente através da coindexação da CV a seu antecedente realizador do papel temático. Para isso, ele distingue “atribuição” e “satisfação” do papel temático. Nessa perspectiva, Galves (1989) propõe que a coindexação da CV na posição de objeto direto a seu antecedente se dá através do requerimento de

“satisfação” do papel temático e que ela é um vestígio de NP, pois pode receber papel temático, mas não pode satisfazê-lo. (FIGUEIREDO SILVA, 2009, p. 148) [adições nossas].

Dessa forma, a autora segue os pressupostos estabelecidos em Huang (1984) ao entender que “a categoria vazia é livre no que se refere à teoria da ligação, mas dependente dentro da teoria temática” (FIGUEIREDO SILVA, 2009, p. 149).

Como consequência dessa linha argumentativa, Galves (1989, 2001) consegue explicar a agramaticalidade das sentenças em que o antecedente do objeto nulo, que está em uma sentença completiva, é o sujeito da matriz, como (28).

(28) * [Maria]_i acha [que o José viu (0)_i].

Entendemos que a explicação, resumidamente, a partir da proposta Figueiredo Silva (2009), baseada em Galves (1989, 2001), versa em torno dos diferentes papéis temáticos envolvidos na sentença, visto que, em determinados contextos, como o referente do sujeito sendo também o tópico discursivo (que deve ser ativado pelo contexto, o que explica a dificuldade – mas não impossibilidade – de haver essa interpretação), ou construções, como (29), essa sentença pode ser gramatical.

(29) O padre disse que Maria_i acha que o José viu (0)_i na feira.

O que explicaria, então, a agramaticalidade de (28), segundo essa proposta, é que o sujeito da matriz [Maria] pode ser considerado agente, enquanto que o objeto nulo pode ser considerado paciente. Para que a sentença fosse gramatical, o índice do objeto nulo deveria ser outro, diferente do índice do sujeito da matriz. Essa explicação também funciona para os casos de agramaticalidade como o da sentença abaixo (30-31), retiradas de Peixoto (2021):

(30) [Essa encomenda]_{i (tema)} pede que o carteiro entregue (0)_{i (alvo)} em mãos.

(31) *[O supervisor]_{i (experenciador)} pede que os carteiros cumprimentem (0)_{i (alvo)} na hora da saída.

Ademais, motivados, também, por as hipóteses anteriores não explicarem todos os casos de licenciamento e restrição de objeto nulo no PB, segundo a visão da autora, os trabalhos de Cyrino (1994, 1997, 2000, 2016, entre outros) dão conta de casos como a impossibilidade de alternância entre objeto nulo e pronome lexical e as duplas leituras evidenciadas com o objeto nulo, além de explicar o porquê da ocorrência de objeto nulo em ilhas sintáticas. Para isso, suas hipóteses clássicas consideram o objeto nulo no PB como fruto de uma reconstrução em Forma Lógica (FL) e elipse em Forma Fonética, já as mais recentes admitem a possibilidade de objetos nulos com antecedentes [+ animados]; com isso, para a autora, o objeto nulo é preferencialmente [– animado, ± específico], o que mostra que ele sofre restrição de animacidade, não de referencialidade.

Além de *pro*, PRO, anáfora e variável, clássicos tipos de categorias vazias existentes nas diversas línguas, há também um outro tipo de categoria vazia, a elipse, que é motivada por “fatores

discursivos a fim de evitar redundâncias e sua interpretação se dá no contexto discursivo ou no contexto situacional” (FIGEIREDO SILVA, 2009 apud MATOS, 2003; LOBECK, 1995, 1999; FIENGO E MAY, 1994; CYRINO, 1994; 1997; dentre outros). A elipse é uma lacuna fonética e material que corresponde a diferentes categorias, como CP, IP, InfP, SV, SD e SN. Para o objeto nulo do PB, a autora, em seus diversos trabalhos, classifica-o como uma elipse de SD, reconstruída em FL.

Sua hipótese para o PB é a de que há uma Reconstrução do antecedente do objeto nulo em Forma Lógica, e sua elisão em Forma Fonética. A elipse de VP, a Anáfora do Complemento Nulo e a Elipse proposicional, semelhante ao que acontece com objeto nulo, para a autora (cf. CYRINO, 2003, 2004), também seriam casos de Reconstrução, mas eles não teriam restrição de animacidade, o que não acontece com o objeto nulo do PB; inclusive, esse é um dos motivos que pode fazer com que essas construções se confundam. Dessa forma, o processo de Reconstrução é descrito por Cyrino como

A reconstrução é uma relação de identidade sobre marcadores frasais (phrase markers) e todas as ocorrências são tokens, e como tal, podem ser audíveis ou não. (...) os membros de uma reconstrução preservam a categoria gramatical e as relações lineares e dominância dentro da categoria gramatical: todas as ocorrências serão compostas estruturalmente da mesma forma (CYRINO, 1997, p. 107).

A Reconstrução – um processo de identidade estrutural, portanto – explica, então, a possibilidade de duplas leituras (leitura estrita e leitura imprecisa) evidenciado pelo objeto nulo em certas sentenças. Como o seu antecedente é reconstruído para a interpretação, as duas leituras disponíveis também se mostram possíveis em FL.

(32) Lucas_i [beijou a sua amiga]_k, mas Joaquim_j não quis (0)_k.

(33) José utiliza [seu celular]_i nos dias de jogos, enquanto Antônio usa (0)_i todos os dias.

(34) O João cumprimentou [sua mãe]_i, mas o Pedro não cumprimentou (0)_i.

Como dito anteriormente, em (32), (33) e (34), o referente do pronome “seu”, ambíguo no PB, é reconstruído, “repetido”, após a derivação na interpretação em FL, o que faz com que haja dúvida sobre seu referente, possibilitando a leitura imprecisa e a estrita: Joaquim não quis beijar a própria amiga – leitura imprecisa – ou não quis beijar a amiga de Lucas – leitura estrita; o celular que Antônio usa todos os dias é o seu próprio – leitura imprecisa – ou é o do José – leitura estrita; e Pedro não cumprimentou a sua própria mãe – leitura imprecisa – ou a mãe de João – leitura estrita.

Visto isso, apresentaremos agora nossa metodologia de análise.

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi a quantificação e análise de dados retirados de *corpus* composto por cartas pessoais escritas por brasileiros nascidos no século XX. A partir do trabalho de Peixoto (2021), nosso *corpus*, pertencente ao acervo do HistLing – UFRJ, é composto por uma amostra representativa de três períodos de nascimento distintos: I- Casal Jayme-Maria (1900-1925); II- Família Salgado Lacerda (1950-1975); e III- Missivistas variados do século XXI (1976-2000).

Baseando-nos nos parâmetros referentes à distância ou proximidade comunicativa (cf. KOCH; OESTERREICHER, 1990), como grau baixo de publicidade das cartas, grau alto de familiaridade entre os missivistas e implicatura emocional entre eles, por exemplo, podemos, portanto, traçar um perfil do nosso *corpus*. Com isso, consideramos que o gênero carta (com seus subtipos: pessoal e amistosa) figura entre dois extremos em um *continuum* de concepção oral e escrita da linguagem: não se encontra nem no extremo da concepção oral, por apresentar elementos próprios da escrita, como o uso dos clíticos, como planejamento textual, mas também não se encontra no extremo da concepção escrita, visto ter ele característica que aproxima o gênero da interação face a face, como a presença de vocativos e de pronomes de segunda pessoa. Por isso, justamente por esse gênero não possuir todas as características da concepção formal, como artigos de jornais, nem da concepção informal, como as entrevistas orais gravadas e transcritas, além de textos que simulam a fala, como as peças de teatro, consideramo-lo ideal para nossas finalidades com esta pesquisa, pois conseguimos por meio dele resgatar traços da oralidade. Ou seja, o gênero carta pessoal amistosa seria um texto em que haveria a emergência da gramática vernácula dos missivistas, o que aponta à gramática do português brasileiro.

Foram selecionados dados de objeto nulo com antecedente nominal e proposicional (elipse proposicional). Com base na discussão apresentada na seção anterior, selecionamos os seguintes fatores para a análise quantitativa: o papel temático do antecedente e do objeto nulo; o cruzamento do tipo de animacidade com o grau de referencialidade; o referente sendo tópico ou não; a animacidade e especificidade do sujeito da oração que seleciona o objeto nulo; e o período de tempo de nascimento do missivista que produziu o dado.

3. Análise de resultados

Quantificamos um total de 399 dados de objeto nulo e elipse proposicional. Eles foram analisados de acordo com o nosso grupo de fatores a fim de testarmos nossas hipóteses sobre a relação entre a animacidade e o objeto nulo no PB.

3.1. Uniformidade de papel temático

Segundo a proposta de Figueiredo Silva (2009), a partir de Bianchi e Figueiredo Silva (1994) e Galves (2001), em geral, uma cadeia formada por papéis temáticos diferentes – entre o antecedente e a categoria vazia – não licencia o objeto nulo, fruto de uma reconstrução/elipse de DP. Nesse sentido, buscamos testar se papéis temáticos diferentes poderiam licenciar o objeto nulo em nosso *corpus*. Para isso, consideramos os seguintes papéis temáticos: agente, experienciador, tema, meta, beneficiário e outro⁶ (cf. FIGUEIREDO SILVA, 2009) – relacionado, muitas vezes, ao tópico (ainda não há consenso na literatura sobre a falta de papel temático dos tópicos).

⁶ Alguns exemplos dos respectivos papéis temáticos:

Agente: **João** abriu a porta.

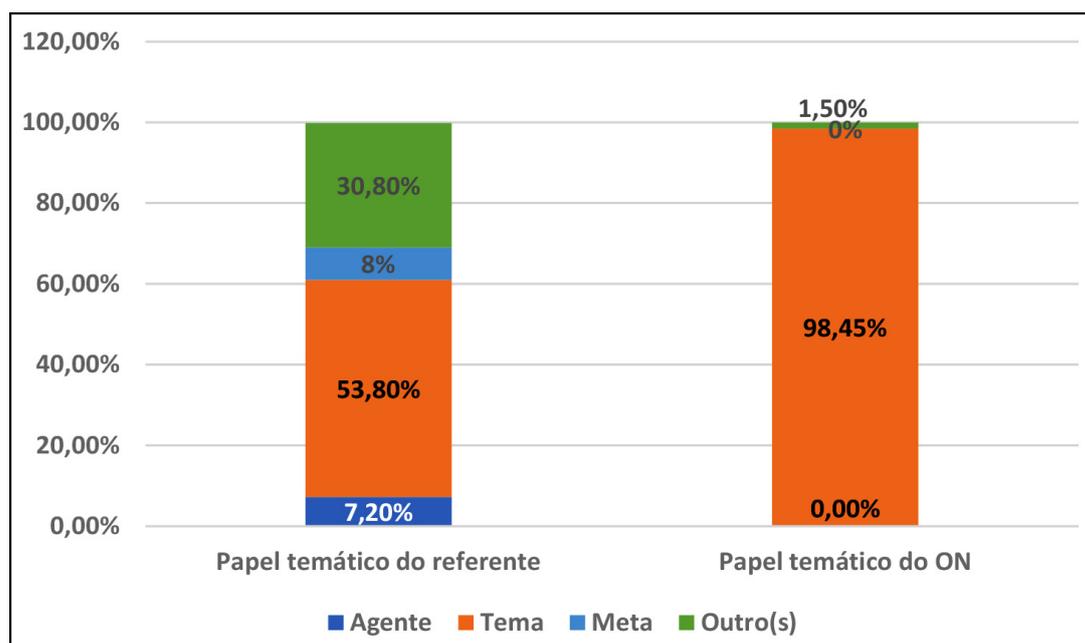
Paciente/tema: João comeu **o bolo**.

Experienciador: **João** gosta de Maria.

Meta: João quer **seus óculos**.

Beneficiário: Isso foi feito para **o João**.

Outro, como os tópicos: **O João**, ele comeu tudo.

Gráfico 1: papéis temáticos do referente e do objeto nulo em corpus de cartas pessoais

Fonte: elaboração do autor.

Por meio do gráfico 1, vemos que o papel temático do objeto nulo parece ser quase categórico: tema, com 98,45% das realizações (35). A taxa de 1,5% corresponde ao papel temático de possuído, típica dos verbos “ter” e “haver”, (36). No nosso *corpus*, em relação ao referente, não encontramos dados com papéis temáticos de beneficiário e de experienciador.

- (35) comprei [um vestido]_i para voce eu acho que tu não vaes gostar, mas se tu não quiseres (0)_i serve para a Hilda. (JM, 1901-1925)
- (36) Não tenho [filhos]_i, mas pretendo ter (0)_i futuramente quando estiver formada, empregada e tiver minha casa/meu canto. (MV, 1976-2000)

Já o papel temático do antecedente/referente é mais heterogêneo. Embora haja a predominância do papel de tema (37), com quase 54% de ocorrências, ele também possui quase 31% de outros papéis temáticos, ou falta de papel temático, como no caso dos tópicos, (38), em que temos um caso da chamada *topicalização*. Os dois menores índices, 8% de meta, (39), e 7,2% de agente, (40 e 41), não aparecem no objeto nulo, como já era esperado.

- (37) eu até agora ainda não recebi [tua carta desta semana]_i, se o Nelzinho não trouxer nenhuma na hora do almoço, de noite vou na tua casa, porque tenho certeza que terá (0)_i. (JM, 1901-1925)
- (38) [as fotografias]_i ja perdi as esperanças de ver (0)_i (JM, 1901-1925)
- (39) Obs: Não esquenta com [o papel e [o sobrenome]_i] você escreveu (0)_i certo. (MV, 1976-2000)

- (40) Se [estas cartas]_i não me deixassem tão felizes, eu iria parar de escrever (0)_i para o pessoal, pois meu dinheiro está indo todo embora. (SL, 1950-1975)
- (41) Ela_i é muito bonita e vistosa e esse é o problema. Todo mundo olha (0)_i. (SL, 1950-1975)

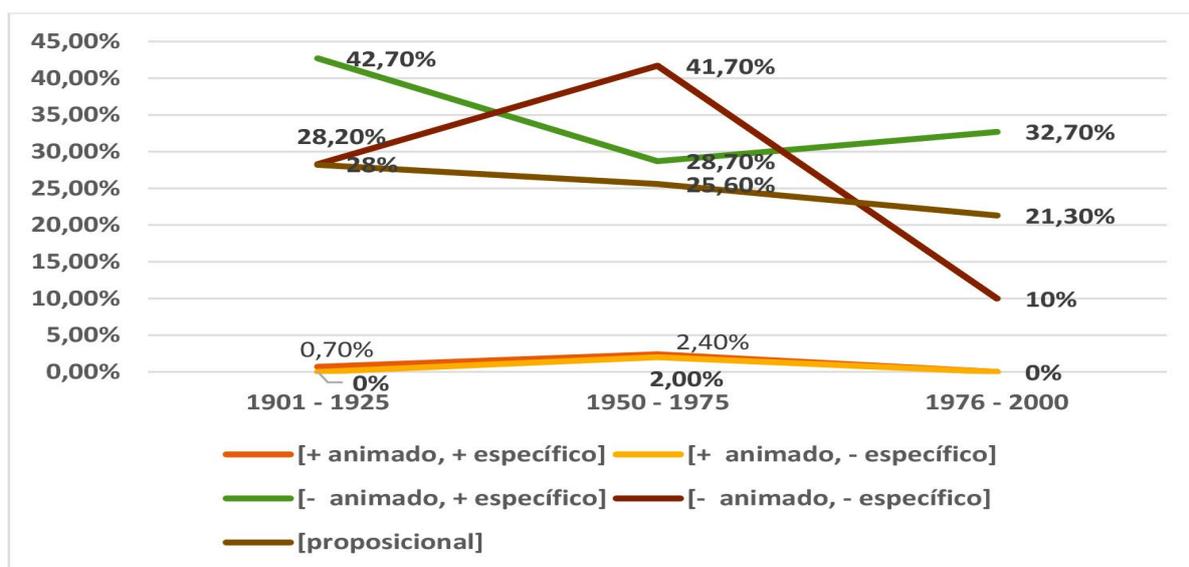
Embora os verbos com objeto nulo (39-41) possam ter uma interpretação intransitiva, decidimos considerá-los casos de objeto nulo pela possibilidade de recuperação do antecedente linguístico, e pelo contexto discursivo das cartas em questão. Tendo em vista os resultados acima, podemos dizer que parece não haver uma ligação tão estreita entre o papel temático do antecedente e o do objeto nulo, embora convirjam na maioria das vezes (mais de 50%). Além disso, a proposta de Figueiredo Silva (2009) também prevê que o antecedente do objeto nulo pode ocorrer se for um argumento do verbo ou um tópico. Os resultados de Peixoto (2021) apontam que adjuntos também podem ocorrer como antecedentes, apesar de estar longe de representar uma grande realização (em torno de 5% dos dados de objeto nulo, somando as ocorrências de antecedentes adjuntos adnominais e adverbiais, complemento nominal e predicativo, em comparação com o antecedente do objeto nulo com as funções sintáticas completivas verbais e tópico).

Nesse sentido, ou seria preciso refinar os papéis temáticos usados, ou então repensarmos o licenciamento pelas cadeias temáticas para o licenciamento do objeto nulo, pensado por Figueiredo Silva (2009).

3.2. Animacidade e referencialidade ao longo do tempo

De acordo com a escala da Hierarquia de Referencialidade (CYRINO, DUARTE, KATO, 2000), os pronomes que tendem a cair nas línguas são os não argumentais [+ proposicionais], assim como os pronomes de terceira pessoa com antecedentes [+ proposicionais] e [- animados], como os clíticos. Isso explicaria a queda acentuada dos clíticos acusativos de terceira pessoa do PB ao longo do tempo, e, por consequência, o expressivo aumento de objeto nulos. Essa escala conjuga a animacidade do antecedente com sua referencialidade. Dessa forma, o cruzamento de animacidade com a referencialidade mostraria se os antecedentes menos robustos semanticamente do objeto nulo, como os não argumentos de terceira pessoa, seguem a tendência observada pelas autoras de se tornarem foneticamente nulos ao longo do tempo. Assim, dividimos os dados da seguinte maneira para verificarmos se houve mudança nos contextos de licenciamento do objeto nulo ao longo dos três períodos de tempo analisados, correspondentes ao século XX: [+ animado, + específico], [+ animado, - específico], [- animado, + específico], [- animado, - específico], e [+ proposicional]⁷.

⁷ Entendemos [+ ou - específico] a partir do grau de conhecimento e/ou especificação gramatical que o referente possui dentro do contexto discursivo: partindo da sentença em que ele é primeiramente mencionado até suas outras menções. Por exemplo: *Vi um professor que me deu aula naquele colégio*. A especificação gramatical dada pela oração relativa especifica [+ específico] o referente. Assim, se podemos conhecer sem dúvidas o referente, dentro de um determinado contexto, ele é [+ específico]; se, por outro lado, o referente é mais genérico, como uma noção de coletividade ou como um conceito, ou ainda como um nome/uma ideia mais geral, por exemplo, ele é [- específico].

Gráfico 2: cruzamento da animacidade e referencialidade do antecedente do objeto nulo ao longo do tempo

Fonte: elaboração do autor.

O gráfico 2 evidencia a trajetória ao longo do século XX dos contextos de animacidade e referencialidade do antecedente do objeto nulo. Assim como afirmam as numerosas pesquisas sobre o tema (CYRINO, 1994, 1997, 2000; DUARTE, 1989; SOLEDADE, 2011; PEIXOTO, 2021), o objeto nulo do PB é preferencialmente [- animado, + específico], (42). Essa tendência se confirma no gráfico, visto que, nos três períodos analisados, esse contexto se mantém como o mais expressivo para a preferência do objeto nulo, mesmo tendo uma queda percentual do primeiro ao último períodos: saindo de 42,7% e chegando a 32,7%. O antecedente proposicional, o primeiro contexto diacrônico a licenciar o objeto nulo (CIRYNO, 1994), que já apresentou índices mais altos em séculos passados, embora ainda se mantenha presente, cai de 28% a 21%, (43). Isso talvez se explique pelo uso do pronome demonstrativo neutro ‘isso’ como retomada proposicional (PEIXOTO, 2021).

(42) eu recebi [a tua cartinha]_i no dia 22 as 2 horas da tarde eu quando recebi fiquei tam comtente mais as saudades au mentarã muito fiquei tam comtente mais eu fiquei lendo (0)_i na estação na quele banco. (JM, 1901-1925)

(43) [é assim que escreve]_i?! Não sei (0)_i, rs (MV, 1976-2000)

Os contextos [- animado, - específico], (44), e [- animado, + específico], (45), parecem ter o comportamento complementar ao longo do tempo, ainda que necessariamente não o sejam.

(44) Quanto a[o esteptocópio]_i eu não vi (0)_i ainda. (SL, 1950-1975)

(45) Ah! Ela adorou [o cordão]_i. Não para de mostrar (0)_i para os outros. (SL, 1950-1975)

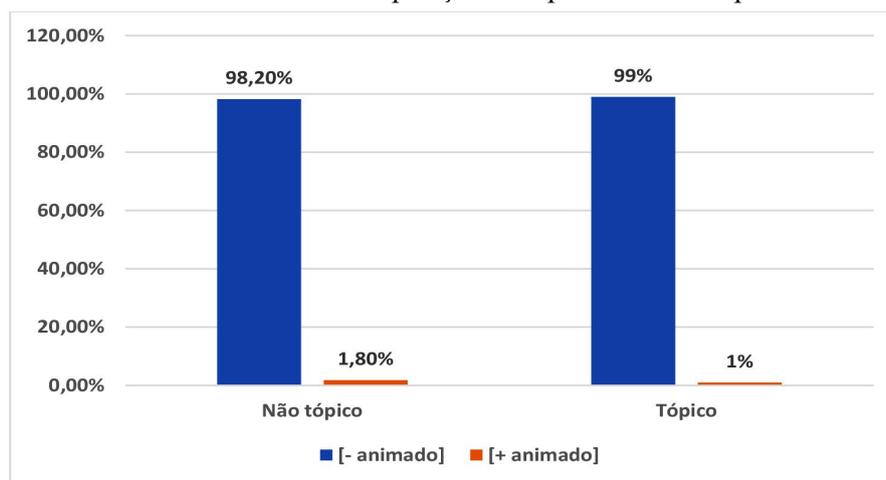
Quanto aos antecedentes [+ animados], independentemente da especificidade, têm baixíssimos índices percentuais, não passando, no segundo período, de 2,4% nos [+ específicos], contexto inovador do objeto nulo (CYRINO, 1994,1997). Dessa forma, os antecedentes [+ animados], embora ocorram, ainda são um contexto de resistência para o objeto nulo no PB, o que confirma os resultados para a língua oral (DUARTE, 1989). Mesmo não ocorrendo no último período, isso não é sinônimo de agramaticalidade, como nos dizem os dados de intuição, apenas reforça a resistência desse contexto à implementação do objeto nulo.

Interessante, ainda, observar que o período de 1950-1975 apresenta a queda percentual da maioria dos contextos de objeto nulo. Só há aumento do contexto [- animado, - específico], e o surgimento dos contextos [+ animados, +/- específicos]. Esse cenário pode ter sido causado tanto pela natureza da escrita da família de missivistas desse período, como também por fatores linguísticos, como o aumento dos pronomes lexicais na posição de objeto direto (que, por mais que sejam mais estigmatizados na escrita, aparecem como uma opção deste período), e outros que fogem ao escopo deste trabalho. Mais estudos são, portanto, necessários.

Esses resultados, então, fornecem uma amostra da relação entre animacidade e referencialidade ao longo do tempo.

3.3. Animacidade e o tópico estrutural

Na proposta de Cyrino (2000, 2019), a autora levanta a questão de que talvez o objeto nulo no PB que tenha um antecedente [+ animado], sobretudo [+ animado, + específico], seja devido ao fato de esse antecedente ser um tópico. Entendemos tópico estrutural neste trabalho como o resultado ou de um movimento de um constituinte interno à oração para a periferia esquerda da sentença, como a topicalização, ou um constituinte gerado nessa mesma posição, como as estruturas de tópico pendente (BRITO, DUARTE, MATOS, 2003). Assim, o resultado da topicalização é uma categoria vazia, um objeto nulo nesse caso, na posição *in situ* dentro da oração. No caso do tópico pendente, o referente tópico serve de antecedente para a categoria vazia na posição de objeto direto dentro da oração. Como dissemos, não há consenso na literatura sobre o tópico – até mesmo o tópico que é resultado de movimento – ter papel temático ou não. O que nos interessa nesta análise é em relação à animacidade do referente, não ao papel temático do constituinte, havendo ou não. São discussões diferentes, que fogem ao escopo deste trabalho. Nesse sentido, controlamos o tipo do antecedente entre tópico vs. não tópico, cruzando essa informação com a animacidade do antecedente.

Gráfico 3: animacidade do antecedente e posição de tópico e de não tópico em cartas pessoais

Fonte: elaboração do autor.

A partir da análise do gráfico 3, vemos que aparentemente não há diferenças percentuais entre os antecedentes tópicos e não tópicos (dentre os quais estão os adjuntos) e a animacidade do antecedente. Com os não tópicos, 98% são de antecedente [- animado], (46), e menos de 2% de antecedente [+ animado], (47). Com os tópicos, a tendência é a mesma: 99% de antecedentes [- animados], (58), contra 1% de antecedente [+ animado], (49). Esses resultados confirmam, basicamente, a natureza preferencialmente [- animada] do objeto nulo do PB, independentemente do estatuto, natureza e posição do seu antecedente.

- (46) eu falei [a minha frase]_i e ela entendeu (0)_i. (SL, 1950-1975)
- (47) [Eles]_i vão me chamar para ir para o hospital quando o bebê for nascer e Mom falou que se o bebê nascer dentro do carro eu estou lá para ajudar (0)_i. (SL, 1950-1975)
- (48) Quanto a[o dinheiro]_i, você manda (0)_i para mim. (JM, 1901-1925) – *Tópico Pendente sem retomada fonética*
- (49) [Os brasileiros que moram em Bloomington]_i eu não conheço (0)_i ainda. (SL, 1950-1975) – *Topicalização*

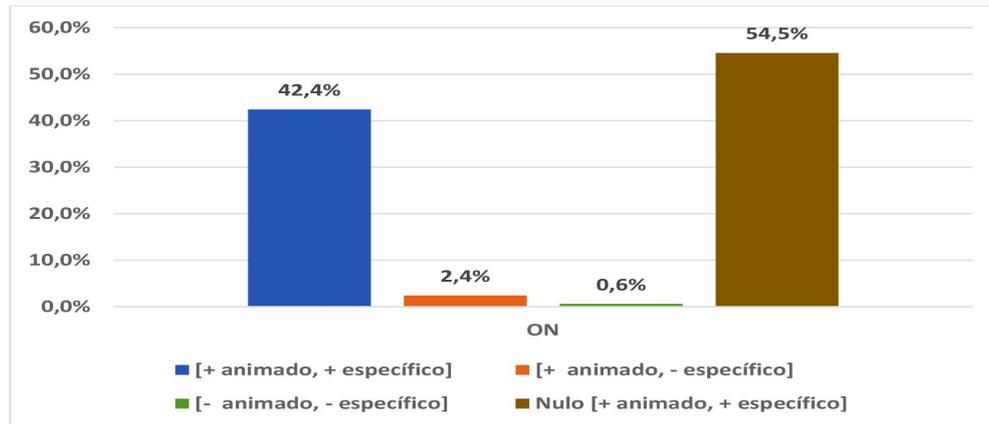
Esses resultados parecem indicar que os objetos nulos com antecedentes animados não são licenciados pelo fato de os antecedentes estarem em uma posição de tópico. Consequentemente, a hipótese de Cyrino (2019) precisar ser reformulada de modo a acomodar melhor o objeto nulo com antecedente animado e específico.

3.4. Animacidade do antecedente do objeto nulo e a do sujeito da sua oração

Em Peixoto (2021), o preenchimento do sujeito é um fator que favorece (do ponto de vista gramatical) o objeto nulo em detrimento do clítico acusativo. Além disso, a partir do trabalho de Tarallo (1993) e de outros trabalhos na mesma esteira, são levantadas questões sobre uma possível

interferência da animacidade do sujeito – preenchido ou nulo – da oração que contém o objeto nulo e da animacidade do seu referente no seu licenciamento. Nesse sentido, analisamos os seguintes contextos de animacidade do sujeito da oração que contém o objeto nulo, que foram os que apareceram nos dados: [+ animado, + específico], [+ animado, – específico], [– animado, – específico], nulo [+ animado, + específico]. Excluimos os dados com sujeito: PRO, PRO/pro, e verbo impessoal, por não possuírem uma contraparte foneticamente realizada.

Gráfico 4: preenchimento ou não do sujeito de acordo com a animacidade nas sentenças com objeto nulo



Fonte: elaboração do autor.

Os resultados do gráfico 4 apontam uma distribuição bem irregular entre os fatores do grupo. Os contextos que mais favoreceram o objeto nulo foram os de sujeito [+ animados, + específicos], independentemente de estarem preenchidos, (50), ou nulos, (51), com 35% e 43%, respectivamente.

(50) Tu me pediste o retrato que te amostrei-te no Domingo. [este retrato]_i eu dei (0)_i a minha irman ja a muito tempo. (JM, 1901-1925)

(51) não repare [a minha carta]_i e (*pro*) rasge (0)_i outraves. (JM, 1901-1925)

Os sujeitos [+ animado, – específico], (52), e [– animado, – específico], (53), não são muitos diferentes percentualmente, mesmo com 2,4% do primeiro contra 0,6% do segundo.

(52) Falei de voce e ela disse que [toda e qualquer menina virgem que vai para la]_i volta totalmente diferente, pois lá o pessoal não dispensa (0)_i. (SL, 1950-1975)

(53) Vê se pode pode arranjar com o Helio Lourença [um atestado dental]_i. A escola está me pedindo (0)_i. (SL, 1950-1975)

Sobre o dado (53), é interessante dizer que consideramos ‘escola’ como [– específico], pois ela seria uma metáfora para alguém que trabalha no recinto; podendo, inclusive também ser [– animado] caso seja uma metáfora para ‘o sistema’, ‘a burocracia da escola’, dentre outras interpretações.

O que nossos resultados, de acordo com nosso *corpus*, sugerem é que os sujeitos das orações que selecionam o objeto nulo são quase categoricamente [+ animados]. É interessante comparar esses resultados com os obtidos por Peixoto (2021). Analisando os fatores de favorecimento do objeto nulo em detrimento do clítico acusativo de terceira no mesmo *corpus*, o programa estatístico *GoldVarb X* (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005) selecionou o preenchimento do sujeito (vs. sujeito nulo) como o segundo fator – logo depois da animacidade [+ proposicional] – de maior favorecimento (Peso Relativo = 0,639 vs. 0,427 de sujeito nulo, não significativo) para o objeto nulo. Os resultados percentuais deste trabalho, por outro lado, mostram que os sujeitos nulos [+ animados] têm uma leve vantagem em relação ao sujeito preenchido; sendo assim, como explicar essa aparente contradição?

Podemos pensar que, em uma relação de categoria vazia com clítico, este aumenta as chances de haver um sujeito nulo, por isso o preenchimento do sujeito está ligado do objeto nulo. Assim, nessa relação, o sujeito nulo diminui as chances de haver objeto nulo, visto que esse sujeito está, aparentemente, ligado ao clítico acusativo. Já na análise levando em conta apenas o objeto nulo, não é necessariamente o preenchimento ou não do sujeito da oração que o contém que o favorece, mas a animacidade do seu referente, embora pareça haver, de fato, uma leve preferência do sujeito nulo [+ animado, + específico] para a realização do objeto nulo.

Conclusões

Neste trabalho, fizemos algumas reflexões sobre um tema bem debatido na literatura gerativista e variacionista sobre os efeitos da animacidade no favorecimento ou restrição do objeto nulo no Português brasileiro.

Por meio dos nossos resultados, testamos algumas hipóteses relacionadas e derivadas do trabalho de Peixoto (2021). O papel temático de tema parece ter uma grande influência na relação entre o antecedente e o objeto nulo. Mais que função sintática, a identidade de papel temático entre o referente e a categoria vazia favorece, em geral, a formação de uma cadeia temática. Em consonância com o esperado pela Escala de Referencialidade, o objeto nulo está ampliando seus contextos de realização ao longo do tempo, ou seja, embora percentualmente pequenas, há possibilidade da existência de objetos nulos [+ animado, + específicos]. A sua não realização no último período não significa impossibilidade, apenas desfavorecimento, como já dissemos. Um tópico [+ animado] não favorece necessariamente o licenciamento do objeto nulo.⁸ Pelo contrário, tanto em posição de tópico estrutural quanto em posição interna à sentença, o referente do objeto nulo é quase categoricamente [- animado]. Uma questão a se perguntar para trabalhos futuros é se a seleção temática do verbo poderia estar associada ao tipo de referente do seu complemento. Um sujeito, realizado ou não, [+

⁸ O Objeto Nulo resultado da Topicalização no PB também foi considerado como *pro*, mas ainda é preciso definir, em relação a esse contexto, os licenciamentos e a natureza desse *pro*: se um N(ome) nulo, um D(eterminante) nulo. Essa descrição e análise são importantes para entendermos, além dos fenômenos da periferia esquerda e sua relação com o interior da sentença-comentário, as diferenças da Topicalização e do seu consequente Objeto Nulo *pro* do PB de outras línguas românicas, como o Português europeu, em que também é possível a Topicalização, mas cujo objeto nulo em outros contextos seja considerado uma *variável*.

animado, + específico] parece estar presente na maioria dos predicados que autorizam o objeto nulo, o que poderia questionar Peixoto (2021), se não fossem análises diferentes.

A partir de Peixoto (2021), os fatores mais significativos para o licenciamento do objeto nulo foram a animacidade do antecedente, o preenchimento da posição de sujeito da oração que seleciona o objeto nulo e o período de nascimento do missivista. Com os nossos resultados, vimos por outro ângulo a relação do preenchimento da posição do sujeito com o objeto nulo. Assim, como, em geral, as orações com sujeito nulo têm um referente [+ animado], quando tiramos esse traço e nos detemos apenas no aspecto estrutural (preenchimento ou não), temos mais sujeitos preenchidos ligados ao objeto nulo, em comparação com o clítico, já que o PB tem se mostrado uma língua de sujeito cada vez mais preenchido (BERLINCK, 1989; COELHO, 2000; ROBERTS, 2016; VERÍSSIMO, 2017) e com cada vez menos clíticos acusativos de terceira pessoa (DUARTE, 1989; TARALLO, 1993; CYRINO, 1994, 1997; KATO, CYRINO, DUARTE, 2000).

Em uma relação muito próxima ao que Tarallo (1993) adianta do contínuo preenchimento do sujeito e do paulatino apagamento fonético do objeto no PB, é interessante que essa tendência pareça similar à animacidade nas duas estruturas. Enquanto o sujeito da oração que contém o objeto nulo tenda a ser [+ animado, + específico], o objeto nulo tende a ser [- animado, +/- específico], o que confirma a aparente assimetria e relação inversamente proporcional entre as duas estruturas argumentais.

Tanto para hipótese de natureza *pro*, quanto para a de natureza elipse, a animacidade parece não ser um requisito sintático, mas semântico, relacionado à interpretação, que satisfaz a interface perceptual-conceptual no licenciamento do objeto nulo, que, conforme Galves (2001), pode ser descrita como uma restrição de logoforicidade. Podemos dizer que não se trata de um requerimento sintático, pois as estruturas argumentais e frásicas que contêm o objeto nulo podem ser as mesmas, mas, com diferentes graus de animacidade, podem ter diferentes resultados de (a)gramaticalidade. Vale lembrar ainda que sob determinados contextos discursivos, como o referente do objeto nulo ser também o tópico discursivo, as sentenças podem variar quanto ao julgamento de (a)gramaticalidade. Isso sugere que essas construções são possíveis na sintaxe, pois, de acordo com Chomsky (1977), o discurso não pode tornar gramatical uma sentença que é agramatical para a sintaxe; logo, se o discurso torna as sentenças mais aceitáveis, significa que a sintaxe permite tais derivações.

Além disso, o fato de as construções com objeto nulo com referente [+ animado] serem possíveis – mesmo com baixíssimas proporções – em alguns períodos do PB sugere que não se trata de uma falta de licenciamento sintático, pelo menos não desde o século XVI (CYRINO, 1994, pp. 172-4). Ainda, alguns trabalhos (MARAFONI, 2004; PEIXOTO, 2021), que consideram gramaticais algumas sentenças com objeto nulo com antecedente animado, que são tratadas por outros autores como agramaticais, defendem um enfraquecimento da restrição de animacidade [+ animado] do objeto nulo. Esses indícios sugerem que, de fato, estamos diante de uma restrição interpretativa do PB, não estritamente sintática. Nossos resultados reforçam, portanto, que a natureza do objeto nulo no PB parece não ser a de uma elipse, mas de um pronome, um *pro*, tal como a proposta de Galves

(1989, 2001), visto que as impossibilidades gramaticais impostas pelas teorias da elipse, ainda que percentualmente baixas, são possíveis, como a existência do objeto nulo [+ animado] e da aparente não relação entre o objeto nulo [+ animado] ter seu antecedente em posição de tópico. Se suas restrições fossem, de fato, estruturais, essas construções não seriam gramaticais em determinados períodos de tempo, como mostram os dados. As restrições ao objeto nulo são, então, mais semânticas que sintáticas/estruturais.

Se a animacidade não é um traço legível à computação sintática, como justificamos o favorecimento, inclusive atestado por peso relativo, dos contextos [proposicionais] e [- animados, +/- específicos] para o objeto nulo? Podemos pensar em dois fatores que, conjugados, podem explicar esse resultado. Primeiro que estamos lidando com dados de Língua-E para chegarmos aos parâmetros da Língua-I; assim, lidamos sempre com dados positivos, ainda mais em se tratando de corpus histórico, não tendo, então, dados negativos de objeto nulo. As análises empíricas, baseadas em intuição e em corpora, mostram apenas que a restrição de antecedente [+ animado] do objeto nulo está/é enfraquecida no PB. Segundo que, sendo uma restrição semântica, como mostramos, do antecedente [+ animado] do objeto nulo, podemos imaginar que os dados desse contexto a que temos acesso sejam mais escassos, mas não impossíveis, em relação aos dados de antecedente [proposicional] e [- animado, +/- específico]. Dessa forma, é possível pensar que a animacidade [proposicional] e [- animada, +/- específica] do antecedente do objeto nulo faça diferença estatística; e por isso também é selecionada pelo programa estatístico.

Com isso, os traços de animacidade e referencialidade não sendo gramaticais, nesse sentido, não são lidos pela computação sintática, que é cega para a semântica, mas se relacionam com a formação de uma boa cadeia tópica, associando-se a questões semânticas da interface com a interpretação, com o que Galves (2001), baseada em Farrell (1987), chama de restrição semântico-discursiva de logoforicidade, como dissemos mais acima.

Portanto, o objeto nulo do PB ainda tem muitos caminhos a serem traçados. Nosso trabalho trouxe alguns indícios de respostas e levantou outras questões. Assim, a relação entre animacidade e objeto nulo não está próxima de ser resolvida.

Referências

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, pp. 163-84.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. *O ON no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora UEL, 1997.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Para a história do português brasileiro: observações sobre a presença de complementos verbais nulos e ausência de clíticos de 3ª. pessoa. In: XV Congresso da ANPOLL, 2000, Niterói. *Resumos dos trabalhos do Grupo de Teoria da Gramática*, 2000.

- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Complementos nulos em anúncios de jornal do século XIX. Em ALKMIM (org.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. III. São Paulo, Humanitas, 2002, pp. 221-45.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Para a história do Português brasileiro: a presença de objetos nulos e a ausência de clíticos. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 38, n. I, 2003, pp. 31-47.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. O problema da experiência detonadora na mudança sintática do português brasileiro. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), Campinas, v. XXXIII, 2004.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Anáfora do complemento nulo na história do Português brasileiro. In: LOBO, Tania ... [et al.] (orgs). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1-2.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini, MATOS, Gabriela. Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície? Evidência do Português Brasileiro e Europeu. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 41, n. 1, março, 2006, pp. 121-41.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Objetos nulos no português brasileiro e espanhol da América do Sul. *Relatório final para a Fapesp*. Processo no. 06/03343-2, 2008.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. On richness of tense and verb movement in Brazilian Portuguese. In: CAMACHO-TABOADA, Maria Victoria et al. (org.). *Information structure and agreement*. 1. ed. Amsterdam: John Benjamins, 2013, pp. 297-317
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. O objeto nulo. In: CYRINO, Sonia; TORRES MORAIS, Maria A. (org.). *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018, v. 6, pp. 210-51.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. O objeto nulo no português brasileiro: sincronia e diacronia. In: GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.). *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. São Paulo: Editora Contexto, 2019, pp. 173-99.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; KATO, Mary Aizawa. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, E. V. (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2000, pp. 55-71.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 19-34.
- FARRELL, Patrick. *Empty objects in brazilian Portuguese*. Mimeo, 1987. pp.1-38.
- FARRELL, Patrick. Null Objects in Brazilian Portuguese. *The Linguistic Review* 8, 1990, pp. 325-46.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina de. *Objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*, 2004. Dissertação de mestrado, UFBA, 2004.
- FIGUEIREDO SILVA. *O objeto nulo no português rural baiano*. Teoria temática e eclipse de DP. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2009.
- FREIRE, Gilson Costa. *Os Clíticos de Terceira Pessoa e as Estratégias para sua Substituição na Fala*, 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GALVES, Charlotte. Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Linguística*, Unicamp, v. 7, 1984, pp. 107-36.

GALVES, Charlotte. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, v. 1, 1989, pp. 79-96.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

HUANG, C-T. James. On the determination and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, v. 15: 1984. pp. 531-74.

KATO, Mary Aizawa; RAPOSO, Eduardo. O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. In: CORREIA, Clara Nunes; GONÇALVES, Anabela (orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2001, pp. 673-84.

KOCH, Peter; & OESTERREICHER, Wulf. Oralidad y escrituralidad a la luz de la teoría del lenguaje. In: KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf; LÓPEZ SERENA, Araceli. *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Madrid, Gredos, 1990.

MARAFONI, Renata Lopes. *A Realização do objeto direto anafórico: um estudo em tempo real de curta duração*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES DE SOUSA, Antonio. *As realizações do acusativo anafórico no Português europeu e brasileiro: um estudo diacrônico*. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2017.

MATOS, Gabriela. *Clítico Verbal Demonstrativo*. Monografia apresentada em Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985.

PEIXOTO, Gabriel Guimarães. “Pega essa carta e rasga”: a implementação do objeto nulo a partir do acusativo anafórico de 3ª pessoa no Português brasileiro, 2021. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 2021.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 69-105.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SOLEDADE, Carolina de La Vega. *A realização do objeto direto anafórico em peças de autores brasileiros dos séculos XIX e XX: dados empíricos para a observação da mudança no português brasileiro*, 2011. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2011.